

**A POLITICA INDIGENISTA NA DITADURA MILITAR: AS NORMAS E  
REGULAMENTOS E AS DIRETRIZES PARA A TUTELA DOS ÍNDIOS  
CONFORME A DOCUMENTAÇÃO DA ASSESSORIA DE SEGURANÇA DO  
ÍNDIO (ASI) DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI).**

Leonardo Betoni Menezes<sup>1\*</sup>, Éder da Silva Noval

1. Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD);

\* Autor para contato: [leomenez96@gmail.com](mailto:leomenez96@gmail.com)

Esta pesquisa teve como foco duas séries documentais pertencentes ao Arquivo Nacional, dispostas através dos documentos do Quadro de Arranjo da ASI (Assessoria de Segurança e Informação) da FUNAI (Fundação Nacional do Índio). O trabalho referente a este projeto de pesquisa foi baseado na série ‘Normas e Regulamentos’ (NRE), contendo arquivos que normalizam e regulamentam a ASI, emitidos pela própria Assessoria de Segurança, como também pela FUNAI, ou seja, esta série conta com regimentos internos, relatórios de atividades e política de colaboradores. São 24 arquivos em formato PDF, que juntos somam 1.989 páginas de documentos. A segunda série de arquivos analisada foi a ‘Diretrizes Para a Tutela dos Índios’ (DTI), contendo arquivos a respeito da legislação promovida pela FUNAI e seus respectivos órgãos, assim como atividades relacionadas a política indigenista, administração e infraestrutura. Esta série dispõe de 76 arquivos em PDF, com um total de 6.019 páginas de documentos. Assim, as séries agregam a marca de 100 arquivos, totalizando 8.008 páginas de documentos relacionados a política da Fundação Nacional do Índio nos tempos da Ditadura Militar no Brasil. Através da análise destes documentos foram constituídas planilhas, a partir da ferramenta Microsoft Excel, documentando os pontos chaves de cada um dos arquivos, cujo principal anseio da pesquisa foi buscar documentos descrevendo e mencionando as políticas, condutas e práticas registradas em relação as comunidades indígenas do Mato Grosso/ Mato Grosso do Sul (vale lembrar estado único até 11 de outubro de 1977), observando qual seria a postura dessas instituições com os povos originários destas regiões, quais seriam os registros referentes às etnias presentes nessas unidades federativas e qual a narrativa construída pelos produtores da

dita “história oficial” perante os povos indígenas sul/mato-grossenses. Em meio a compilação de nomes, datas, locais e etnias o estado do Mato Grosso/Mato Grosso do Sul foi citado em breves momentos como na Notação da Série NRE 22, em que são apresentados arquivos com normas internas da coordenadoria de controles orçamentários, com destaque para a Rede Secundária da Superintendência Administrativa de Campo Grande e a Rede Secundária de Amambai. Um outro momento em que se menciona o estado sul-mato-grossense é percebido na Notação 63 da série DTI, cuja pauta é um Plano de Metas referente a 1986, contendo um levantamento de dados das terras indígenas demarcadas no Brasil, inclusive no MS, com menções as etnias Kaiwá, Guaraní, Terena, Guató e Kadiweu. A elaboração destas tabelas se dá como o primeiro passo para o auxílio à uma pesquisa mais elaborada com diversos caminhos de problematização e questionamento a estes documentos.

**Palavras-chave:** Povos Indígenas, Ditadura Militar, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul.

**Agradecimentos:** Agradeço à UFGD pelo fomento à esta pesquisa, através do incentivo via bolsa de estudos.